

FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS – FACUNICAMPS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

AMANDA ASSIS MARINHO
DARLENE BRANDÃO DE OLIVEIRA LIMA
JHONATAN WABSTER DOS SANTOS CORREIA

A CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR COM FOCO EM
ENTIDADES RELIGIOSAS

GOIÂNIA – GOIÁS
2019/2

AMANDA ASSIS MARINHO

DARLENE BRANDÃO DE OLIVEIRA LIMA

JHONATAN WABSTER DOS SANTOS CORREIA

**A CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR COM FOCO
EM ENTIDADES RELIGIOSAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito para nota da disciplina de TCC, necessária para a graduação do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Unida de Campinas – FacUnicamps.

Orientação Prof.º Me. Gildeone Gonçalves de Carvalho Barbosa

**GOIÂNIA – GOIÁS
2019/2**

CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR COM FOCO EM ENTIDADES RELIGIOSAS

ACCOUNTING IN THE THIRD SECTOR FOCUSING ON RELIGIOUS ENTITIES

AMANDA ASSIS MARINHO¹

DARLENE BRANDÃO DE OLIVEIRA LIMA²

JHONATAN WABSTER DOS SANTOS CORREIA³

ORIENTADOR: Me. GILDEONE GONÇALVES DE CARVALHO BARBOSA

RESUMO: Este estudo teve como fundamentação teórica a ITG 2002 (R1) que dispõe sobre as demonstrações contábeis do terceiro setor. Fazem parte do terceiro setor as entidades sem finalidade lucrativa, tais entidades, que vem crescendo e ganhando mais espaço na economia nos últimos anos, tem algumas particularidades, exigindo um tratamento contábil diferente das organizações com fins lucrativos. Sendo a contabilidade uma ferramenta indispensável para a continuidade de uma entidade, seja com ou sem fins lucrativos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre alguns aspectos contábeis relacionados às igrejas. A problematização deste trabalho foi: No que diz respeito às entidades religiosas, ficam algumas dúvidas em relação à sua contabilização. As entidades religiosas utilizam a contabilidade como uma ferramenta de auxílio? Tendo como objetivo geral demonstrar se as entidades religiosas, utilizam a contabilidade como ferramenta de auxílio de gestão e como objetivos específicos destacar os pontos primordiais em relação à contabilização das entidades religiosas. A metodologia utilizada neste trabalho é a revisão da literatura e pesquisa por amostragem, com dados importantes apurados a partir de formulário online. O resultado obtido foi satisfatório diante da perspectiva gerada para alcançar os objetivos destacados, além de permitir uma projeção futura para a propagação deste tema.

Palavras-chave: Contabilidade. Terceiro Setor. Entidades Religiosas

ABSTRACT: This study was based on ITG 2002 (R1), which provides for the financial statements of the third sector. Non-profit entities are part of the third sector, such entities, which have been growing and gaining more space in the economy in recent years, have some peculiarities, requiring a different accounting treatment from for-profit organizations. As accounting is an indispensable tool for the continuity of an entity, whether for profit or not, a bibliographic research was carried out on some accounting aspects related to churches. The problematization of this work was: With regard to religious entities, there are some doubts regarding their accounting. Do religious entities use accounting as an aid tool? With the general objective of demonstrating whether religious entities use accounting as a management aid tool and as specific objectives, to highlight the main points in relation to the accounting of religious entities. The methodology used in this work is the literature review and sample research, with important data obtained from an online form. The result obtained was satisfactory in view of the perspective generated to achieve the highlighted objectives, in addition to allowing a future projection for the propagation of this theme.

Keywords: Accounting. Third sector. Religious Entities

¹ Amanda Assis Marinho – Graduada em Ciências Contábeis – aassismarinho@gmail.com

² Darlene Brandão de Oliveira Lima – Graduada em Ciências Contábeis – darlene_brandaogyn@hotmail.com

³ Jhonatan Wabster dos Santos Correia – Graduando em Ciências Contábeis – jhonatanwabster@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ferramenta indispensável para o funcionamento de uma empresa, e ao longo do tempo vem desenvolvendo-se de maneira precisa para o direcionamento aos resultados esperados, justificando uma grande evolução principalmente perante o segundo e terceiro Setor.

Diante disso o terceiro setor vem estabelecendo cada vez mais espaço e buscando por meio da contabilidade alcançar os objetivos independentes do lucro, principalmente por evidenciar através de um olhar social suas principais expectativas.

A evolução deste setor retrata a preocupação em suprir as necessidades da sociedade, a fim de preencher as lacunas deixadas pelo governo. É uma via de mão dupla, onde o Estado transfere algumas de suas responsabilidades às entidades ligadas a este setor, e em contrapartida as mesmas recebem os benefícios proporcionados através das imunidades.

São inegáveis os serviços desenvolvidos por meio das entidades do terceiro setor, onde os mesmos refletem inúmeros benefícios para as comunidades os quais estariam em déficit se contasse apenas com a ajuda governamental. Porém, ainda que de caráter social, tais entidades são “empresas” sem fins lucrativos, necessitando assim de gestão, contabilidade, para que possam continuar operando e servindo a população.

Torna-se notório, dentro do terceiro setor, a importância das igrejas, por ser uma opção com inúmeros benefícios sociais, mas tanto quanto a este fato, a contabilidade para às igrejas torna-se indispensável, pois transmitem resultados por meio das demonstrações, recebimento e aplicação dos recursos a todos os interessados. Fica em aberto a seguinte questão problema: As entidades religiosas utilizam a contabilidade como uma ferramenta de auxílio? Tem por objetivo geral: demonstrar se as entidades religiosas utilizam a contabilidade como ferramenta de auxílio de gestão. Diante da suma importância da temática, demonstraremos em prática por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Salientar a importância da Contabilidade nas igrejas;
- Mapear o conhecimento das práticas contábeis, por parte dos líderes religiosos;
- Verificar se as entidades religiosas apresentam as seguintes demonstrações: Demonstração do Superávit ou Déficit; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A realização deste trabalho foi impulsionada pela curiosidade em saber o quanto a Contabilidade contribuiria para a prestação de contas em entidade de Terceiro Setor, principalmente as igrejas, visto que não há muitos escritos sobre o assunto. Logo, tornou-se um tema no mínimo intrigante, o que objetivou contribuir e ampliar os conhecimentos dos interessados em relação à contabilização e as normas que regem o setor.

Diante da necessidade de transmitir informações aos condutores das entidades do terceiro setor, bem como as igrejas, torna-se fundamental para o profissional contábil e/ou administradores conhecerem a legislação e as normas contábeis que são aplicadas ao setor, gerando assim um controle real e necessário para o bom funcionamento da organização, fazendo por intermédio da ITG 2002 (R1), sua principal fonte de pesquisa.

Esse trabalho é embasado meio ao estudo de revisão da literatura, através da consulta à artigos bibliográficos, pesquisa em sites que tratam a respeito do terceiro setor, além de abordar diante de uma pesquisa por amostragem, a aplicação prática do que trata a ITG 2002 (R1).

Esta pesquisa está organizada em capítulos sendo o primeiro a apresentação das partes introdutórias a respeito do tema, sendo demonstrados: Contextualização; Problemática; Objetivo Geral e Específico; Justificativa e os Procedimentos Metodológicos. O Referencial Teórico abordará o surgimento do terceiro setor, a contabilidade do terceiro setor; Escrituração contábil na ótica da ITG 2002 (R1) bem como as imunidades tributárias.

A Metodologia da pesquisa e sua aplicação especificaram sobre os procedimentos utilizados e o referencial associado. No final são apresentadas as considerações finais seguidas das referências bibliográficas aplicadas no decorrer deste artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Terceiro Setor

No Brasil, a sociedade é definida através de três setores de atuação, sendo estes classificados em: Primeiro Setor; Segundo Setor e Terceiro Setor. Na concepção de Fernandes (2012, p. 15), Primeiro Setor, é aquele formado pelo Governo, mais conhecido como o setor Público; Segundo Setor é constituído pelas organizações privadas, aquelas que visam fins lucrativos; e o Terceiro Setor formado pelas entidades sem fins lucrativos, tendo como objetivo executar atividades de utilidade pública.

Neste mesmo contexto, Félix comenta:

O surgimento de organizações sem fins lucrativos no Brasil, data muito tempo. Não se tem o dado exato de qual o início das primeiras organizações deste setor. Sabe-se que a fundação do Hospital Santa Casa de Misericórdia no ano de 1543 em Santos-SP, é assim a primeira referência histórica do terceiro setor no Brasil. (FÉLIX, 2010, p.23).

Aspectos sociais e econômicos são oportunamente abordados, ao longo do tempo, por entidades ligadas ao Terceiro Setor. Visto a necessidade da população menos favorecida e de certa forma, menos assistida, estas instituições transmitem a esperança e por muitas vezes é o acalento emocional para aqueles que não recebem a atenção necessária que deveria ser dada pelo governo.

O surgimento do Terceiro Setor caracteriza-se por organizações religiosas principalmente as igrejas católicas. Dado ao fato e diante da grande necessidade social, a igreja desenvolveu um movimento social que norteou o sentido da prática da caridade. “[...] Os valores religiosos sempre foram um bom terreno para o desenvolvimento do setor voluntário.” (COELHO, 2000, p. 31).

E em complemento disso, Ebsen e Laffin conclui que:

Baseadas em valores e crenças e associando-se às atividades assistenciais, foram instituições religiosas, através de confrarias, ordens religiosas e irmandades, cujas preocupações sociais e assistenciais produziram as configurações de entidades, que hoje podemos denominar de organizações do terceiro setor (EBSEN E LAFFIN, 2004, p. 12).

Pode-se dizer então, que as entidades do terceiro setor são Pessoas Jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que exercem atividades de cunho social destinadas à sociedade. Diante deste fato, Mckinsey & Company (2001, p.14) comenta que “as entidades do terceiro setor são organizações que tenham uma clara atuação social, o que se caracteriza ao fato de não terem fins lucrativos, o que direciona todo o superávit de suas operações para a própria organização”.

Observa-se, portanto, que o terceiro setor é, em realidade uma saída solucionadora dos crescentes problemas sociais que o Estado superdimensionado custa a sanar, o que possibilita através das isenções governamentais, incentivos ao serviço social. Em complemento disso, Costa e Freitas (2012, p. 114) pontua, “O Estado, por si só, não tem capacidade de gerar o bem-estar social, fomentar o progresso econômico, resguardar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população”.

As entidades do Terceiro Setor atendem às necessidades sociais e econômicas de modo que conseguem manter, mesmo que diante de incentivos, às funcionalidades previstas

para a propagação de suas ações. O que perpetuam as condições governamentais no que tangem as imunidades e isenções concedidas para a existência destas instituições.

2.2 Contabilidade do Terceiro Setor

O surgimento da contabilidade data muito tempo, de acordo com os cientistas, ela é tão antiga quanto à origem do *homo sapiens*. Entretanto, antes que o homem criasse a escrita e os cálculos, ele criou a forma de inscrição mais primitiva que é a artística. Assim, o homem primitivo com o uso de sua arte, passou a evidenciar a riqueza patrimonial em sua posse, através de escritas nas paredes das grutas e pedaços de ossos.

Para Lopes de Sá:

Os registros eram feitos em pequenas peças de argila, todas relativas a cada fato (de início), depois resumidas em uma maior (que era o do movimento diário ou de maior período) e também se juntavam por natureza de acontecimentos (pagamentos de mão-de-obra, pagamentos de impostos, colheitas, etc.). (LOPES,SÁ 2002, p.23).

Através dos registros em pequenas peças, conforme o entendimento de Sá, podemos conceituar a contabilidade na atualidade, que seu objetivo é contribuir para controle do patrimônio e para o planejamento na tomada de decisão. Partindo deste princípio, pode-se dizer então, que esta é uma ferramenta de auxílio para prover aos usuários, um melhor entendimento no que se refere às demonstrações e análises financeiras e econômicas.

Para Beuren (1998, p. 30) “A contabilidade tem como uma das suas principais funções suprir de informações úteis aos gestores, e cabe a ela gerar informações que deem o devido suporte ao processo de tomada de decisões em todos os seus estágios”. Contribuindo com o fornecimento de informações por meio de registro, controle e interpretação dos eventos que alteram qualitativa e quantitativamente, o patrimônio das entidades.

Marion (2006, p. 25) enfatiza ainda que a “função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da contabilidade para a tomada de decisão”. O que permite com que a administração, consiga alcançar por meio das demonstrações contábeis, um melhor planejamento, a fim de definir ações a serem tomadas para o presente e futuro de uma organização.

O papel da contabilidade para com o Terceiro Setor é de grande relevância, de acordo com o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil:

A contabilidade tem um papel relevante no Terceiro Setor, pois ela irá nos demonstrar com clareza e precisão os fatos e atividades operacionais das entidades que compõem este importante setor. Os voluntários, doadores, parceiros e o governo esperam que os recursos alocados sejam efetivamente destinados à sua finalidade principal, e por isso a transparência é vital nessas organizações (IBRACON, 2016).

Mesmo com a liberdade com que são elaborados os procedimentos contábeis nas entidades do Terceiro Setor, é imprescindível a obediência ao que traz, em sua forma geral a ITG 2002 (R1), o que permite aos gestores um maior e melhor entendimento para gerir a administração das entidades sem fins lucrativos, o que para Chagas (2011, p.14) é citado que “O desafio das entidades do Terceiro Setor está na sua gestão, uma vez que são organizações frágeis, que devem ter uma gestão sustentável”.

A gestão, conforme enfatizado por Chagas, está ligada diretamente no processo de controle e destinação de recursos, aos quais caberá a contabilidade a apresentação das obrigações contábeis diante as esferas governamentais. O que podemos definir quanto a ligação de ambos, é que são aliados para o perfeito funcionamento e legalização destas entidades.

A contabilidade provou que é extremamente necessária e fundamental para os três setores de atuação, o que aumenta ainda mais a atenção quando o assunto for entidades sem fins de lucros, pois é através desta ciência que norteará os caminhos a serem seguidos pelas tais entidades.

Pereira (2018) “É muito importante ressaltar que a contabilidade tem um papel decisivo no terceiro setor, pois é ela quem irá demonstrar de forma clara os fatos e atividades operacionais das entidades”. O autor, de forma objetiva demonstra que o terceiro setor é um usuário direto da contabilidade, como instrumento de análise, legalização e orientação quanto a destinação de seus recursos.

2.3 Escrituração Contábil na Ótica da ITG 2002 (R1)

A ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, foi aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que tem por objetivos conforme item 1: “estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação e reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros”.

Sobre seu alcance no item 2, a ITG 2002 (R1) cita: “A entidade sem finalidade de lucros pode ser constituída sob a natureza jurídica de fundação de direito privado, associação, organização social, organização religiosa, partido político e entidade sindical”.

A base da contabilidade para as entidades do terceiro setor é a lei 6.404/76, conforme destaca o IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

As demonstrações contábeis das entidades do Terceiro Setor devem seguir os princípios da Lei 6.404/1976, com apenas algumas alterações na nomenclatura de algumas contas patrimoniais e de resultado, por exemplo, de “Patrimônio Líquido” para “Patrimônio Social”, e de “lucro ou prejuízo do exercício” para “superávit ou déficit do exercício. (IBRACON - O papel da contabilidade aplicada ao Terceiro Setor - 2016).

As entidades sem fins lucrativos tiveram grande crescimento, e vem aumentando os seus meios de arrecadação. Devido a este fato, há uma necessidade de transparência quanto à aplicação dos recursos financeiros. A ITG – Interpretação Técnica Geral foi criada para normatizar as regras contábeis para as organizações sem fim lucrativo, no seu item 4 cita:

Aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e esta Interpretação. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação. (ITG 2002 (R1).

Isso fundamenta que qualquer registro contábil realizado por uma entidade religiosa, deve ser baseado seguindo os padrões determinados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e legislações específicas. Logo, a Contabilidade torna-se uma ferramenta muito importante para essas instituições, conduzindo-as a responsabilidade de apresentar a destinação de seus recursos, por tratar-se dos meios necessários para a validação juridicamente das demonstrações dessa organização, trazendo maior credibilidade e confiabilidade aos usuários.

Segundo Olak (2010, p.62) “No caso específico das entidades sem fins lucrativos, considerando as características que lhes são pertinentes, é oportuno questionar se os mesmos critérios praticados nas empresas, tanto em termos de escrituração como de divulgação das Demonstrações Contábeis, são também aplicáveis a essas entidades”.

A escrituração contábil e os demonstrativos das entidades do terceiro setor podem fazer uso da lei das Sociedades Anônimas, lei n 6.404/76, para a elaboração dos seus demonstrativos financeiros, embora alguns autores questionem se essa lei é suficiente para a elaboração dos mesmos, visto que o terceiro setor possui características distintas dos demais setores, sendo a principal delas a não obtenção de lucros e sim de superávits.

Para Araújo (2005, p.53) “As organizações do terceiro setor estão autorizadas a

fazer uso de partes da lei das SA's, no que se refere principalmente, às demonstrações contábeis e à escrituração de suas operações.” Pode-se inferir que a base legal para a preparação e divulgação das demonstrações contábeis encontra-se na lei nº 6.404/76.

No processo de escrituração, as demonstrações contábeis são relatórios que evidenciam a real situação econômico-financeira e posição patrimonial das entidades. Assim, para atender ao disposto na legislação, a ITG 2002 (R1) define que devem ser apresentados os seguintes demonstrativos:

- a) Balanço patrimonial;
- b) Demonstração do superávit ou déficit;
- c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido; e
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As Demonstrações Contábeis, também denominadas como Demonstrações Financeiras são um conjunto de demonstrativos. Sua estrutura possibilita que as informações e os dados apurados dentro das entidades, possam ser apresentados a todas as partes interessadas acerca do que se realizou. Para Braga:

As demonstrações contábeis, também denominadas de demonstrações financeiras na legislação societária, são utilizadas principalmente, pelos administradores para prestar contas sobre os aspectos públicos de responsabilidade da empresa, perante acionistas, credores, empregados, governo e a comunidade em geral. Têm, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação patrimonial, econômica e financeira. (BRAGA, 2009, p.65)

Neste sentido, a apresentação das Demonstrações Contábeis tem como finalidade principal proporcionar informações pertinentes para a tomada de decisões e considerações pelos usuários. Sendo assim, ao associar essas demonstrações ao Terceiro Setor, não há distinção quanto ao termo empregado, por assim definir a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução 1.409/12 que trata especificamente das Entidades Sem Fins Lucrativos ao que garante uma mesma estrutura conceitual diferenciando unicamente algumas terminologias.

Os itens 22 a 25 da ITG 2002 (R1) tratam das demonstrações contábeis, sendo elas:

22. As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

23. No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período.

24. Na Demonstração do Resultado do Período, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e

divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade.

25. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais. A ITG 2002 (R1) trata como obrigatório o conjunto completo das Demonstrações Contábeis que já haviam sido disciplinados nas resoluções do CFC 1.185/09 (item 10) e 1.255/09 (item 3.17).

O Balanço Patrimonial é uma ferramenta indispensável para qualquer tipo de entidade, seja ela com ou sem finalidade de lucros. Além de proporcionar informações importantíssimas aos seus usuários, de forma inerte, detalhando o ativo, passivo e o patrimônio líquido como seus bens, direito e obrigações, evidenciando a situação da entidade em um determinado momento. Ou seja:

O Balanço Patrimonial é a peça contábil que retrata a posição das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos, após todos os provisionamentos (depreciação, devedores duvidosos etc.) e ajustes, bem como após o encerramento das contas de Receita e Despesa também terem sido executadas. (IUDÍCIBUS, 2002, p.185).

A Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório contábil que evidencia se as operações de uma empresa estão gerando um lucro ou prejuízo, considerando um determinado período de tempo. Para as entidades do terceiro setor, a denominação usual é: Demonstração do Superávit ou Déficit. A função se torna a mesma, trazendo o valor da receita subtraindo as despesas, o resultado pode ser superavitário ou deficitário. Em consonância disso, Olak e Nascimento (2010, p. 72) afirma que “Em linhas gerais, são utilizadas as expressões superávit e déficit para evidenciar o resultado positivo ou negativo, respectivamente”.

O preenchimento da DRE será realizado de forma prática e objetiva, obedecendo aos critérios estabelecidos pela ITG 2002 (R1), apêndice A item II, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Demonstração do Superávit e Déficit

	EXERCÍCIOS	
	20X1	20X2
RECEITAS OPERACIONAIS		
Com Restrição		
Programa (Atividades) de Educação		
Programa (Atividades) de Saúde		
Programa (Atividades) de Assistência Social		
Programa (Atividades) de Direitos Humanos		
Programa (Atividades) de Meio Ambiente		
Outros Programas (Atividades)		
Gratuidades		
Trabalho Voluntário		
Rendimentos Financeiros		
Sem Restrição		
Receitas de Serviços Prestados		
Contribuições e Doações Voluntárias		
Ganhos na Venda de Bens		
Rendimentos Financeiros		
Outros Recursos Recebidos		
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Com Programas (Atividades)		
Educação		
Saúde		
Assistência Social		
Direitos Humanos		
Meio Ambiente		
Gratuidades Concedidas		
Trabalho Voluntário		
RESULTADO BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas		
Salários		
Encargos Sociais		
Impostos e Taxas		
Aluguéis		
Serviços Gerais		
Manutenção		
Depreciação e Amortização		
Perdas Diversas		
Outras despesas/receitas operacionais		
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)		
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		

Fonte: ITG 2002 (R1)

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é destinada a evidenciar todas as movimentações das contas referentes ao patrimônio líquido em um determinado exercício social. Iudícibus e Marion, (2008, p. 82) “Ao contrário da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, que fornece a movimentação, basicamente, de uma única conta do Patrimônio líquido (Lucros Acumulados), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, evidencia a movimentação de diversas contas do Patrimônio Líquido, ocorridas durante o exercício”.

Aplicado nas Instituições sem fins lucrativos, a nomenclatura Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é alterada para Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, que deve evidenciar em um determinado período a movimentação das contas que integram o seu Patrimônio.

Podemos demonstrar a seguir, conforme apêndice A item III da ITG 2002 (R1), o modelo de Demonstração das Mutações do Patrimônio Social:

Tabela 2: Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 31.12.20x0					
Movimentação do Período					
Superávit / Déficit do Período					
Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Recursos de Superávit com Restrição					
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrição					
Saldos finais em 31/12/20x1					

Fonte: ITG 2002 (R1) p.11.

A Demonstração do Fluxo de Caixa consiste em evidenciar os fluxos financeiros, pois este demonstrativo reflete as movimentações de dinheiro dentro de uma entidade, demonstra qual foi à origem e aplicação do dinheiro que movimentou o caixa em um determinado período. Conforme Iudícibus (2004, p. 220) “A DFC, por sua vez, demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”.

Percebe-se que, quando as Demonstrações do Fluxo de Caixa quando relacionadas com outras demonstrações contábeis, viabilizam informações aos usuários propiciando condições de analisar as alterações nos ativos, avaliando a estrutura financeira da entidade, inclusive a liquidez desses ativos.

As Notas explicativas é um complemento às Demonstrações Contábeis, tornando-se parte integrante destas, acrescentando informações que por algum motivo não foram evidenciadas nas Demonstrações contábeis. Segundo o CPC – Pronunciamento Técnico 26 item 7 (R1):

Notas explicativas contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. As notas explicativas oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Conforme demonstrado pela ITG 2002 (R1), dentro de suas particularidades, cada demonstração contábil torna-se fundamental para o processo evolutivo de uma entidade, trazendo diante de sua aplicabilidade, às condições necessárias para atingir os objetivos auferidos.

2.4 Imunidade Tributária das Entidades Religiosas

A imunidade tributária é um fenômeno constitucional que ajuda a delimitar o campo tributário ao distinguir, negativamente, as competências tributárias das pessoas políticas.

Para Carrazza:

A imunidade tributária é um fenômeno de natureza constitucional. As normas constitucionais que, direta ou indiretamente, tratam do assunto fixam, por assim dizer, a incompetência das entidades tributantes para onerar, com exações certas pessoas, sejam em função de sua natureza jurídica, seja porque coligadas a determinados fatos, bens ou situações. (CARRAZZA, 2008, p.705).

Não há que se confundir imunidade com isenção. As duas vertentes têm definições e alcances distintos, apesar de ambos resultaram no não pagamento do tributo. A isenção é instituída por lei e a imunidade pela Constituição.

Segundo Tenório e Maia:

Isenção é uma forma de não incidência do tributo, por força de regra jurídica excepcional. Na isenção, em consequência desse princípio, o tributo é devido com base em obrigação, mas a lei especial ou de exceção exonera o sujeito tributário passivo de pagamento. (TENÓRIO e MAIA – Dicionário de Direito Tributário p.123).

As entidades religiosas possuem importância significativa, e atuam suprindo as necessidades sociais por meio de serviços caracteristicamente públicos. O Estado compreende a carência da comunidade, por isso, estimula a criação de novas fundações e associações por meio de incentivos fiscais, através de imunidade e isenção. No Brasil houve o nascimento da legislação tributária em 1965, feita pela Emenda Constitucional nº

18, no seu Artigo 1º.

O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, e é regido pelo disposto nesta Emenda, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal, e, nos limites das respectivas competências, em leis federal, estadual ou municipal.

Art. 2º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
(...)

IV - cobrar impostos sobre:

- a) o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros;
- b) templos de qualquer culto.

A imunidade tributária se estende somente aos imóveis essenciais da igreja, não sendo alcançada como essenciais a venda de objetos sacros, rendas ou aluguéis de imóveis, mesmo que esses tenham sido arrecadados e convertidos em benefício do templo. As igrejas podem adquirir ou então importar bens como pedras, objetos sagrados etc., sem ônus tributário, desde que sejam destinados a estimular a fé dos fiéis.

Roque Antônio Carrazza pontua que:

[...] a imunidade não se estende às rendas provenientes de aluguéis de imóveis, da venda de objetos sacros, da exploração comercial de estacionamentos, da venda de licores etc, ainda que os rendimentos obtidos revertam em benefício do culto. [...] Simplesmente porque estas não são funções essenciais de nenhum culto [...] As atividades espirituais não se coadunam com tais práticas, que, posto lícitas, têm objetivos nitidamente temporais (CARRAZZA, 1998, p 434).

Em relação às isenções, estas poderão abranger impostos das esferas Federais, Estaduais e Municipais e é importante ressaltar que apesar de imunes de alguns tributos e isentas de outros, as entidades sem fins lucrativos não estão totalmente dispensadas de cumprir suas obrigações acessórias, mantendo a importância e relevância quanto aos prazos a serem seguidos, evitando assim a incidência de punições pelo não cumprimento destas obrigações.

3 METODOLOGIA APLICADA

A Metodologia refere-se ao estudo sistemático e lógico dos métodos empregados, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Desta forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo.

Para Fonseca,

Methodos significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. (Fonseca, 2002).

Segundo Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” Já para Menezes e Silva (2005, p. 19), pesquisar significa, de forma simples “procurar respostas para indagações propostas”. Desta forma, este trabalho demonstrou através de uma revisão da literatura, obter informações suficientes, para introduzir e desenvolver o assunto abordado.

Com o auxílio da pesquisa por amostragem, pudemos levantar os dados importantes a partir de um formulário para alcançar soluções diante da questão problema. Conforme definido por Barbosa (2018, p.58) “A metodologia adotada para atingir os objetivos específicos é a amostragem por conveniência” as quais utilizamos na oportunidade, empregar por meio da conveniência a aplicação da pesquisa à líderes, voluntários e contador das seguintes entidades religiosas no município de Goiânia-Goiás: Matriz de Campinas; Santuário Sagrada Família; Templo Vale do Amanhecer; Igreja de Cristo Maranata, Assembleia de Deus; Paróquia São José; Centro Espírita Amor e Caridade, para obter as respostas dos possíveis resultados da pesquisa.

3.1 Resultados e Discussão

É natural indagarmos o fato de que em um século onde a evolução da tecnologia aumenta diariamente, muitos ainda não utilizam desta ferramenta de forma eficiente para mitigar as possíveis consequências impostas pela não execução, do que prevê as normas aplicadas às entidades do terceiro setor.

Torna-se importante comentar quanto a afirmação popular, principalmente em meio aos líderes religiosos, de que “as igrejas não precisam de contabilidade, pois são imunes tributariamente”, o que conclui-se como um erro, pois ao longo de toda esta apresentação fica límpido que não apenas as igrejas, como toda e qualquer entidade, tem a obrigação de apresentar ao fisco as transações realizadas através das demonstrações contábeis, por intermédio de um profissional contábil. Silva (2009, p.15) reforça que “As organizações do

Terceiro Setor podem requerer, em determinadas situações o gozo da imunidade e a isenção-dispensas tributárias dadas a elas por lei. Contudo essa dispensa não as desobriga de prestarem contas com o poder público”.

Buscamos um entendimento prático a respeito das indagações formuladas por durante este artigo, e com o auxílio de um formulário, que para Martins e Theóphilo (2007, p. 90) é definido como “Um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever”, diante disto, obtivemos as respostas por intermédio de um link virtual, encaminhado aos líderes, voluntários e contador das seguintes entidades religiosas: Matriz de Campinas; Santuário Sagrada Família; Templo Vale do Amanhecer; Igreja de Cristo Maranata, Assembleia de Deus; Paróquia São José; Centro Espírita Amor e Caridade, para obter as respostas dos possíveis resultados da pesquisa e alcançar o objetivo proposto.

Inevitavelmente podemos caracterizar como um dos principais motivos de as igrejas sofrerem penalizações do governo está ligado diretamente à sua gestão, onde os líderes não enfatizam a importante contribuição da contabilidade para o funcionamento da entidade, como já destacado por Chagas (2011, p.14).

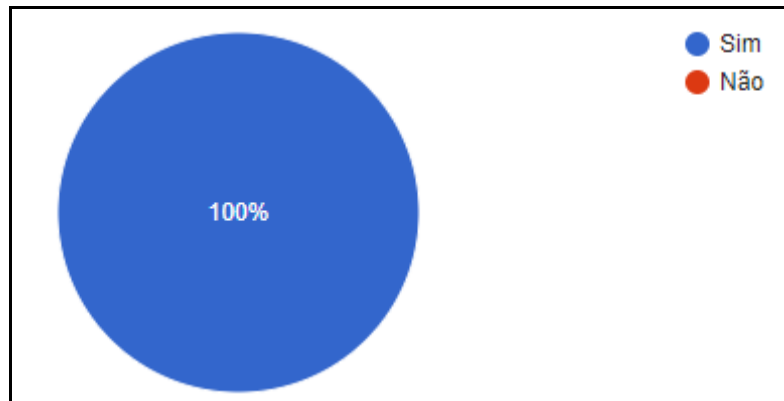
A ITG 2002 (R1) norteia os caminhos a serem percorridos pelas entidades do Terceiro Setor, no âmbito das demonstrações contábeis, o que para muitos ainda é algo ignoto. A realidade retrata que mesmo a Interpretação Técnica Geral sendo clara e objetiva, ainda existe uma resistência prática, ou até mesmo uma confiança ao nulo.

Diante dos objetivos específicos, podemos destacar quanto a utilização das demonstrações contábeis nas entidades religiosas, detalhamos este fato diante das respostas obtidas, conforme demonstraremos abaixo, mediante perguntas destinadas aos responsáveis de igrejas e encaminhadas pela internet através do formulário online.

No primeiro objetivo específico buscamos - “salientar a importância da Contabilidade nas igrejas”. Para atingir tal objetivo foi apresentada a seguinte pergunta:

1. Você considera a Contabilidade importante para a administração de uma Entidade Religiosa?

Gráfico 1



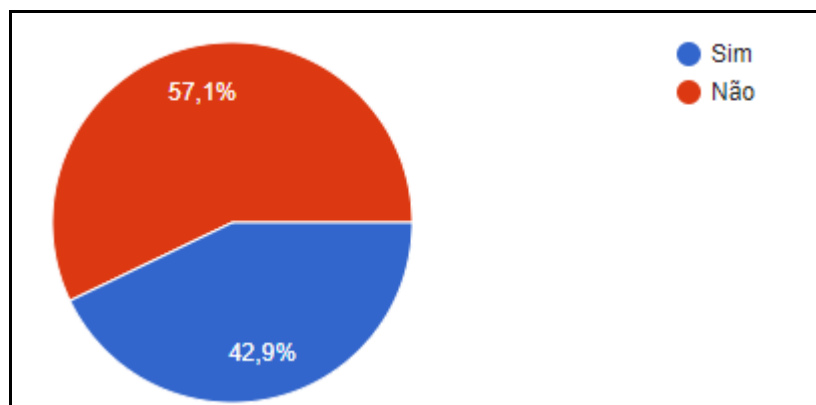
Fonte: Dados da pesquisa.

Diante da pergunta exposta acima, confirmamos de forma unânime, que em meio aos líderes religiosos, a contabilidade é importante para a administração de seus templos, o que condiz de forma positiva para a aplicação deste formulário, uma vez que já fora enfatizado por Beuren (1998, p. 30), como algo fundamental para a gestão de toda e qualquer entidade.

No segundo objetivo específico acentuamos - “mapear o conhecimento das práticas contábeis, por parte dos líderes religiosos”. Para atingir tal objetivo foi apresentada a seguinte pergunta:

2. A instituição possui Contabilidade?

Gráfico 2



Fonte: Dados da pesquisa.

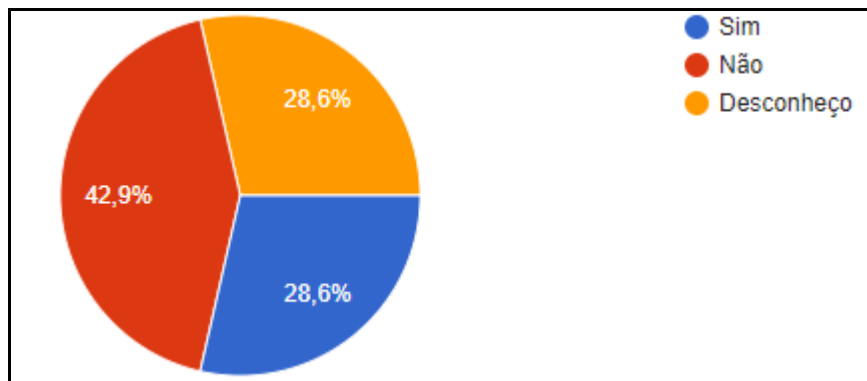
Verifica-se conforme acima, que mais de 50% das igrejas não fazem uso da contabilidade, de acordo com as respostas obtidas, o que gera certa preocupação pois de

forma prática não se aplicam o uso desta ferramenta fundamental para a gestão de toda entidade. É lamentável tal postura, pois a contabilidade contribui de forma significativa no controle e direcionamento contábil e financeiro das organizações, o que para o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil (2016) é atenuado de forma relevante também para o terceiro setor.

No terceiro objetivo específico evidenciamos “verificar se as entidades religiosas apresentam as seguintes demonstrações: Demonstração do Superávit ou Déficit; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e Demonstração dos Fluxos de Caixa”. Para atingir tais objetivos foi apresentado as seguintes perguntas:

3. Com base na ITG 2002 (R1), a igreja elabora Demonstração de Superávit ou Déficit?

Gráfico 3

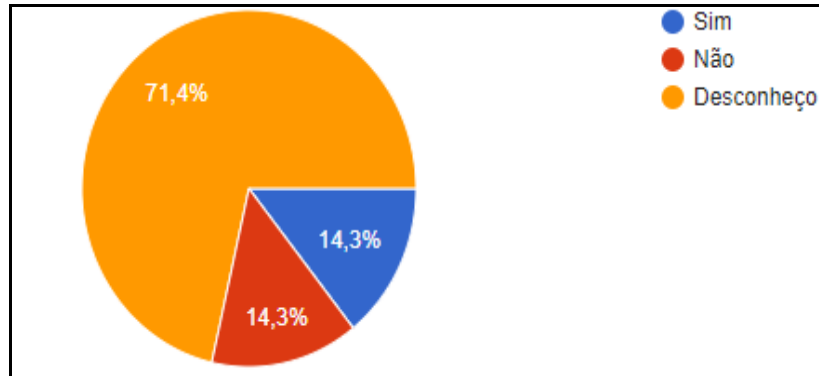


Fonte: Dados da pesquisa.

Por tratar-se de termo não tão conhecido, houve a necessidade de uma orientação quanto ao real significado dos termos Superávit e Déficit, mas, o resultado equivale a um percentual muito grande de igrejas que não conhecem ou não elaboram a demonstração já conceituada na ITG 2002 (R1) Itens 22 a 25, apêndice II . Enfatizamos que há necessidade de maior propagação e principalmente utilização desta prática, tendo em vista que a igreja demonstrará o resultado do lucro ou prejuízo não somente ao fisco, mas a todos os interessados.

4. A entidade realiza Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?

Gráfico 4

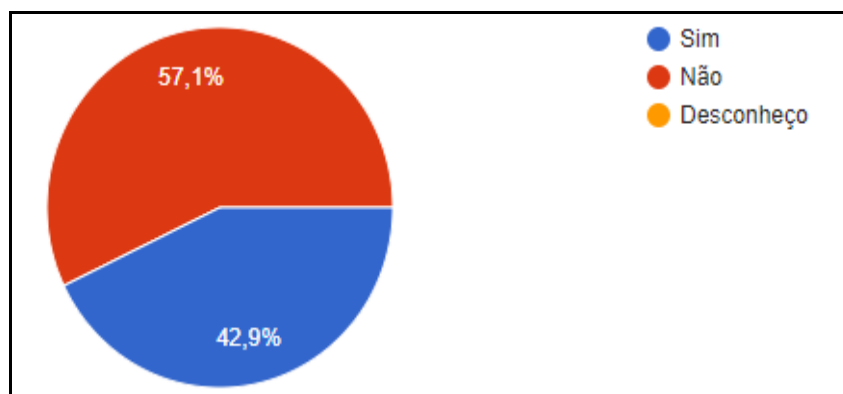


Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se um grande nível de desconhecimento a respeito da demonstração citada acima, o que podemos resumir, como uma ausência de informação, diante de um termo usual em meio a contabilidade das entidades ligadas ao terceiro setor. É oportuno acentuar, a necessidade dos líderes religiosos receberem mais informações ou buscarem mais orientação a respeito da prática contábil, o que fica como uma sugestão ao conselho regulamentador, dispensar mais atenção às entidades e usuários deste setor.

5. A igreja apresenta Demonstração dos Fluxos de Caixa?

Gráfico 5



Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que a Demonstração de Fluxo de Caixa, é a mais conhecida em meio às demais demonstrações, pois indicam quais foram às saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo, Iudícibus (2004, p. 220), porém, é pouco

utilizada para a apresentação e controle da movimentação financeira realizada nestas entidades. Tratando da particularidade das igrejas, na ITG 2002 (R1) Item 25, afirma que “na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais”.

Diante de todo o exposto, avaliamos o baixo índice prático no que tange às demonstrações contábeis para as entidades do terceiro setor, o que consideramos como distante da realidade contábil aplicada, principalmente quando comparamos às organizações do segundo setor. É irreparável os danos oriundos da falta de utilização da contabilidade nas igrejas, o que torna um prejuízo ainda maior, pois aquilo que hoje é intocável, imune, perderá por ato de improbidade diante do fisco.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre os inúmeros caminhos da contabilidade é algo abrangente, por tratar-se de uma infinidade de possibilidades a serem argumentados. Ainda por cima, pudemos destacar, por meio do terceiro setor, um assunto tão importante quanto a contabilidade propriamente dita.

É real que a contabilidade não é tão praticada pelas instituições religiosas, conforme já demonstrado, o que nota-se mesmo que em raso nível de conhecimento, líderes ou membros religiosos possuem consciência da responsabilidade acerca da utilização da contabilidade em meio à religião.

Apuramos que este fato, possivelmente poderia ser mais praticado. Entretanto, ainda existem fatores que impossibilitam tal realização, como: Falta de informação ou até mesmo falta de interesse por parte dos gestores religiosos.

A contabilidade do Terceiro Setor tem suas diversas particularidades, é indispensável que sejam conhecidos os principais aspectos relacionadas as essas entidades, principalmente em relação a sua tributação que é diferenciada das demais empresas conforme já demonstrado.

No decorrer da pesquisa observou-se também, que a figura de um contador torna-se indispensável para proceder aos registros e informações contábeis para a tomada de decisão dos gestores, bem como atender às informações fiscais exigidas pela legislação vigente do país, uma vez que a contabilidade, através de seus procedimentos de controle, normas e condições de gerenciamento é o meio mais fidedigno de manter os doadores e/ou fiéis bem

informados a respeito da utilização de suas doações.

Após análise de todas as informações apresentadas no desenvolvimento da pesquisa, foi possível responder a pergunta norteadora da mesma: As entidades religiosas utilizam a contabilidade como uma ferramenta de auxílio, adotando os critérios da ITG 2002 (R1) para apresentação e divulgação de suas demonstrações contábeis?

A aplicação da ITG 2002 (R1), é extremamente importante, porém ainda percebe-se que existe pouca prática em relação a suas determinações. Em consequência disto, esperamos com maior fulgor que os percentuais obtidos que não estão em conformidades com a Instrução Técnica Geral, sejam submetidos a maior avaliação de responsabilidades e consequências, quanto a não aplicação desta prática.

Desta forma concluímos que os estudos na área contábil do terceiro setor são relevantes para os usuários da contabilidade. Sugere-se que o CRC realize cursos e palestras com este tema, para que os profissionais que se dedicam a contabilidade destas entidades possam se atualizar sobre as normas contábeis aplicáveis ao terceiro setor, e os líderes religiosos compreendam um pouco mais a respeito das obrigações pertinentes. Também recomenda-se a continuidade dos estudos contábeis aplicados ao terceiro setor, para alcançar cada vez mais as pequenas e grandes igrejas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para as organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 53.

ASHOKA H.; MCKINSEY e COMPANY, Inc. **Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais**. São Paulo: Petrópolis, 2001. Apud FERNANDES, Cinthia, Fortaleza, 2012, p. 15.

BARBOSA, Gildeone Gonçalves. **Utilização de conceitos e ferramentas de contabilidade por agricultores familiares de Itapuranga - Goiás**. Itapuranga.2018, p. 58.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998, p 31. Acesso em: 05 de out. 2019, p. 82.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e Interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009, p. 65.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de direito constitucional tributário**. 11 ed. São Paulo: Malheiros, 1998, p. 434.apud.BASTOS, Lívia Reis. **Análise da Imunidade Religiosa no Sistema Tributário Brasileiro: Questões Controvertidas**. Juiz de Fora.

2016, p. 21.

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 705. apud. MAZZA, Willame Parente. **A imunidade das entidades de educação e Assistência Social: Instrumento de cidadania e direitos humanos**. Brasília. 2010, p. 101.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. ITG 2002 (R1). **Entidades sem fins lucrativos**. Disponível em
<[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2002(R1).pdf)> Acesso em: 11 de set. 2019.

CHAGAS, M. L. O. **Uso da contabilidade do terceiro setor no controle de uma instituição eclesíastica. Um Estudo de Caso na Igreja Batista da Cidade de Vertentes-PE**. Caruaru, 2011.p.14. Disponível em
<<http://docs.uninove.br/artefac/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Jessica.pdf>> Acesso em: 01out. 2019.

COELHO, S. de C. T. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000,p 31. apud EBSEN, Kamille Simas. **Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa**, Santa Catarina, 2004.

COSTA, Ilton Garcia. FREITAS, Paulo Henrique de Souza. **Terceiro Setor, ONGs: Questões Críticas**. São Paulo: Editora Verbatim, 2012, apud SANTOS, Diego. MARTINS, Flávio. **Terceiro Setor: As contribuições de uma organização sem Fins Lucrativos para a cidade de Marília**. Marília, 2016, p. 21.

CPC - COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Disponível em
<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2013.pdf> Acesso em: 20 de Nov.2019.

EBSEN, S. Kamille. LAFFIN, Marcos. **Terceiro Setor e Contabilidade: Compilações de uma pesquisa**. Santa Catarina, 2004, p. 12. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/issue/view/228>>. Acesso em: 08 set. 2019.

EMENDA CONSTITUCIONAL nº18. Câmara dos Deputados. Disponível em
<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-18-1-dezembro-1965-363966-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 02 Out. 2019.

FÉLIX, Rodrigo, 2010. **Revista Digital Administradores.com**. Disponível em:
<<https://administradores.com.br/artigos/contextualizacao-historica-do-terceiro-setor>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FERNANDES, Cinthia R. C. **Terceiro Setor: Aspectos Contábeis e Tributários**. Fortaleza, 2012, p.15.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. apud. STECANELLA, Amanda. P.BERTOLLO, Diego. L.DETERS, Odair. CAMARGO, Maria

E. BIZOTTO, Beatriz S. **Um Estudo Exploratório Sobre a Utilização das Informações da Contabilidade Gerencial no Comércio Varejista de Caxias do SUL/RS.** Caxias do Sul, 2015, p. 05.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. p 17.apud . GERHARDT, Tatiane Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre, 2009, p. 12.

IBRACON - Institutos dos Auditores Independentes do Brasil.

O papel da contabilidade aplicada ao Terceiro Setor. Disponível em:

<<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=3873>> Acesso em: 01 Out.2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.p 82. apud. GOMES, Márlcio Lúcio Ribeiro. **A contabilidade como ferramenta de gestão empresarial.** Pouso Alegre. 2014, p. 06.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade: para o nível de graduação.** 3 ed. São Paulo. Atlas, 2002, p. 185.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006. apud. SOARES, Brenda. **O Uso de sistemas de informação gerencial em Contabilidade: O Entendimento dos proprietários de escritório contábeis de Vitória da Conquista 2013.** Vitória da Conquista-BA, 2014, p. 36.

MARTINS E THEÓPHILO 2007, p. 90. **Comitê de Auditoria versus Conselho Fiscal Adaptado: a visão dos analistas de mercado e dos executivos das empresas que possuem ADRs.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772010000200005> Acesso em: 07 de Out. 2019.

MENEZES, Estera Muskat. SILVIA, Edna Lúcia. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 4. ed. Rev. Atual. Florianópolis. 2005. p. 19.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Normas e Práticas Contábeis Aplicadas às Entidades sem Fins Lucrativos.** 2010, p 72. Slide Share. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/ricardolessanjr/contabilidade-para-entidades-sem-fins-lucrativos-captulo-3>> Acesso em: 10 out. 2019.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: terceiro setor.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. apud. NETO, Michele Cordeiro. **A Contabilidade como Instrumento de Transparência para as Entidades do Terceiro Setor. Um Estudo de Caso na Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD).**Fortaleza, 2013, p. 62.

PEREIRA, Adelmo Nunes. **Jornal do Comércio - Terceiro setor precisa de contabilidade eficaz,** 2018. Disponível em <

https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cadernos/jc_contabilidade/2018/09/650338-

[terceiro-setor-precisa-de-contabilidade-eficaz.html](#)> Acesso em: 08 de set. 2019.

SÁ, Antônio Lopes. **Teoria da Contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002. apud LIDA, Elaine. CREPALDI, Paola. **História da Contabilidade**, 2017, p. 04.

SILVA, Viviane. **Demonstrações contábeis e obrigações tributárias em uma instituição do terceiro setor**. 2009. 79 fls. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. apud. BENTO, Greici Daiana. **Contabilidade e gestão no terceiro setor: Um estudo bibliométrico em periódicos nacionais**. Florianópolis. 2010, p. 19.

TENÓRIO, Igor e MAIA, José Motta. **Dicionário de direito tributário**. 3ª edição. Brasília: Editora Consulex.

APÊNDICE 1**Questionário Aplicado às Entidades Religiosas**

1. Nome: _____

2. Responsável pelo preenchimento deste questionário?

() Líder religioso

() Contratado

() Voluntário

() Contador

Outro: _____

3. Você considera a Contabilidade importante para a administração de uma Entidade Religiosa?

() Sim

() Não

4. A instituição possui Contabilidade?

() Sim

() Não

5. A igreja apresenta Balanço Social regularmente?

() Sim

() Não

() Desconheço

6. Com base na ITG 2002 (R1), a igreja elabora Demonstração de Superávit ou Déficit?

() Sim

() Não

() Desconheço

7. A entidade realiza Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido?

() Sim

() Não

() Desconheço

8. A igreja apresenta Demonstração dos Fluxos de Caixa?

() Sim

() Não

() Desconheço